



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Apelação Cível nº 0314164-4 (N.P.U 0002879-35.2012.8.17.0640)

Apelante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Apelado: Francisvânia Alencar Parente Muniz

Relator: *Des. Erik de Sousa Dantas Simões.*

EMENTA: DIREITO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DE UM DOS CÔNJUGES ANTES DO FALECIMENTO. DEVER RELATIVO. PROVA DOCUMENTAL E DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS. COMPROVAÇÃO DA MANUTENÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL AO TEMPO DO ÓBITO. AUSÊNCIA DE POVA CONTRÁRIA. PRECEDENTES STJ. RECURSO DE APELAÇÃO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

1. É fato incontroverso a existência de enlace matrimonial entre a requerente e o ex-servidor público, desde 08 de abril de 1994, conforme certidão às fls.14. Também não resta dúvida da transferência voluntária da parte autora de seu local de trabalho, IX Gerência Regional de Saúde de Ouricuri para a VIII Gerência Regional de Saúde de Petrolina.
2. A requerente alega que a mudança de Cidade apenas se deu por razões de saúde e que ficava hospedada na casa de seu filho, mantendo, entretanto, a convivência marital por meio de constantes viagens entre as cidades nos finais de semana.
3. Como se pode observar, as testemunhas confirmam a relação conjugal e alegam desconhecer ocorrência de separação. Suposta divergência entre os motivos para a mudança de endereço, se para ajudar ao filho ou por problemas de saúde, não são suficientes para elidir as alegações autorais, uma vez que a manutenção do casamento restou patente entre as testemunhas.
4. O artigo 1.569 do Código Civil, ao mesmo passo em que prevê como dever dos cônjuges a vida em comum, no domicílio conjugal, permite a ausência para atender ao exercício de profissão ou a interesses particulares relevantes.
5. Cumpre salientar o entendimento esposado na Súmula 382 do Supremo Tribunal Federal que torna desnecessário o convívio sob o mesmo teto (*more uxório*) para configurar união estável e se adéqua ainda mais ao presente caso, tendo em vista haver prova documental (certidão de casamento) do enlace entre as partes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

6. Sendo assim, em razão da juntada de prova documental (certidão de casamento) e dos depoimentos testemunhais, caberia à fundação previdenciária o ônus de provar a ocorrência de separação de fato, de forma incontroversa, a ponto de obstar o direito da parte autora ao recebimento de benefício previdenciário (artigo 333, II do Código de Processo Civil). Isso não ocorreu no presente caso.
7. Desta forma, tão somente a transferência do local de trabalho da parte autora não pode servir de motivação para a improcedência do pedido de pensão por morte, tendo em vista as partes serem casadas civilmente e haver informações de permanência do convívio.
8. Recurso de Apelação improvido, por maioria, nos termos do voto Revisor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação nº 0314164-4, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, por maioria, em **negar provimento** ao presente Recurso, mantendo-se a sentença que concedeu a pensão por morte, nos termos do Relatório, Voto Revisor e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



235
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)

Apelante: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Diego Franklin Pereira de Freitas

Apelado: Franciscvânia Alencar Parente Muniz

Advogado: Sarah Pollyana da Silva Barbosa - OAB/PE n. 29.765

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação interposta pela Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE em face de Franciscvânia Alencar Parente Muniz, objetivando reformar a sentença de piso que concedeu a pensão por morte à viúva, ora apelada.

Dos autos consta que a autora-apelada era casada com Carlos Fernando Granja Muniz desde 08.04.1994.

Ocorre que, aos 24.03.2010, a Srª Franciscvânia Alencar requereu remoção da IX Gerência Regional de Saúde/Ouricuri para a VII Gerência Regional de Saúde, em Petrolina - PE, passando a residir em local distinto do segurado.

O ex-segurado Carlos Granja Muniz veio a óbito aos 24.02.2011. A apelada, então, requereu a concessão de pensão por morte, o que deu ensejo ao Processo Administrativo n. 2011102327, que resultou no indeferimento de sua pensão e deferimento em favor de Marcela Alencar Granja Muniz, filha do casal.

Inconformada com o indeferimento administrativo resolveu ingressar com a presente ação de Pensão por Morte contra a FUNAPE. Com a peça vestibular, a ora apelada salienta que, de fato, pediu remoção de Ouricuri para Petrolina. Argumenta que a mudança se deu pelo fato de estar, à época, sofrendo de grave problema de saúde, cf. fl. 04.

Consigna ainda que, em que pese o fato de estar morando em outra cidade, todos os finais de semana viajava para Ouricuri, ou seus familiares lhe visitavam em Petrolina - PE.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)

Com a inicial, instruindo-a, foram adunados os documentos de fls. 14
usque 54.

Angularizada a relação processual, a FUNAPE ofertou resistência na forma de contestação. Arguiu preliminar de necessidade de formação de litisconsórcio ativo, à vista de que a pensão estaria sendo integralmente percebida pela filha do extinto, Marcela Alencar Granja Muniz, cf. fl. 37. Ao mérito, alterca que a requerente não faz jus a pensão por morte, considerando a redação da Lei Complementar n. 28/2000, art. 27, inciso I ou § 3º, que verberam:

Art. 27. Serão dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou o companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

§3º Equiparar-se-ão ao cônjuge ou ao companheiro de união estável o cônjuge separado judicialmente ou de fato, o divorciado e o ex-companheiro de união estável que recebiam pensão de alimentos.

O fundamento da entidade previdenciária reside no fato de que a autora-apelada estaria separada de fato do segurado, não tendo demonstrado em nenhum momento a continuidade da relação conjugal, cf. fl. 42 e ss.

Réplica à Contestação, vide fls. 56/65. Rechaçando a preliminar, a apelada aduziu que não haveria mais sentido na formação de litisconsórcio ativo, em vista de que a pensão de Marcela Alencar Granja Muniz foi extinta em razão de sua maioridade, cf. fl. 57. Reforçou os argumentos do mérito.

A FUNAPE juntou aos autos cópia do processo administrativo, que repousa às fls. 82/151.

Aos 23.04.2013 foi realizada audiência de instrução e julgamento, donde exsurgem os depoimentos de Sebastião Delmiro Andrade Albuquerque e Eduardo José Antunes de Jesus, ambos consignando que a autora era casada com o extinto. O senhor Sebastião Delmiro, por outro lado, atestou que a apelada foi morar em Petrolina, e que nos finais vinha visitar a família. Já o senhor Eduardo José Antunes consignou que a autora não passava por nenhum problema de saúde.

As alegações finais da FUNAPE repousam às fls. 175/180.

Alegações finais da autora, cf. fls. 182/186.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



237

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)

A Sentença do togado singular encontra-se às fls. 188/191.

Sobreveio o recurso de Apelação, cf. fls. 198/207.

Contrarrazões ao apelo, *ex vi* fls. 214/219.

Instado a se manifestar, o e. Procurador de Justiça (MPPE), com assento nesta Câmara de Direito Público, emitiu Cota, deixando de se pronunciar nos autos em razão da inexistência de interesses de incapazes, cf. Recomendação CNMP n. 16/2010.

Eis o relatório.

À douda revisão.

Recife, 27. MARÇO. 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

247
J

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)

Apelante: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Diego Franklin Pereira de Freitas

Apelado: Franciscvânia Alencar Parente Muniz

Advogado: Sarah Pollyana da Silva Barbosa - OAB/PE n. 29.765

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

VOTO

O apelo merece encômios e guarida.

Para a concessão de pensão por morte, a Lei Complementar Estadual n. 28/2000 exige que o cônjuge esteja na constância da união conjugal. Observe-se, adrede, o art. 27, inciso I, do diploma retromencionado:

Art. 27. Serão dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou o companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

§3º Equiparar-se-ão ao cônjuge ou ao companheiro de união estável o cônjuge separado judicialmente ou de fato, o divorciado e o ex-companheiro de união estável que recebiam pensão de alimentos.

Pelo compulsar dos autos, nota-se muitas questões em aberto.

Observo que a autora-apelada requereu remoção da Comarca de Ouricuri para Petrolina, fato este que ocorreu em 24.03.2010.

Entre a data da remoção e o óbito de segurado passou-se cerca de um ano. Entretanto, a autora não juntou, nem no processo administrativo, nem no processo judicial, nenhum comprovante da constância do matrimônio (foto de reunião familiar, contas na residência de Ouricuri, convites em nome do casal, comprovante de divisão de contas).

Lado outro, não existe nos autos nenhum comprovante de que a apelada era dependente do extinto no órgão previdenciário, ou mesmo em plano de saúde.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

gyl
of

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)

Segundo nos traz a peça de ingresso, a remoção se deu por conta de grave problema de saúde, todavia não juntou nenhum comprovante de que, à época dos fatos, estaria enferma. A bem da verdade, sequer mencionou nos autos qual era a doença da qual padecia.

É possível concluir, ainda, que a apelada não dependia financeiramente do falecido esposo, tanto que requereu remoção e mantinha casa autônoma, dissociada do antigo lar.

A prova testemunhal é vacilante. Restou comprovado que a autora era casada com o ex-segurado. Mas isto não se discute, até porque, para esta finalidade, é suficiente a certidão de casamento, repousada à fl. 14 dos autos. O que era necessário provar era a constância do vínculo matrimonial, e neste ponto a prova testemunhal não logrou o êxito esperado.

Os depoimentos colhidos ora confirmam que a apelada não residia mais na mesma casa em que o ex-segurado, ora informam não saber ao certo o porquê de a apelada ter se mudado, se para tratar de problema de saúde, ou se para cuidar de seu filho, Plínio, que se encontrava depressivo e se mudou para Petrolina depois da morte de sua namorada.

Destas assertivas podemos concluir que não há segurança para a concessão da pensão, pois não restou claro nos autos a constância do vínculo conjugal.

No caso em lume, inexistem, nos autos, quaisquer documentos aptos a evidenciar a continuidade de relacionamento entre o ex-servidor Carlos Fernando Granja Muniz e a Sr^a. Francisvânia Alencar Parente Muniz, havendo, por outro lado, fortes indícios de que o casal se encontrava separado de fato à época do óbito, tendo em vista que a autora e o falecido residiam em endereços diferentes.

O c. Superior Tribunal de Justiça, a quem compete fixar a correta interpretação do texto constitucional, pacificando a jurisprudência revolta, chegou a sufragar o entendimento a seguir transcrito:

Ementa. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CÔNJUGE SUPÉRSTITE. SEPARAÇÃO DE FATO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. O cônjuge supérstite goza de dependência presumida, contudo, estando separado de fato e não percebendo pensão alimentícia, essa dependência deverá ser comprovada. 2. O Tribunal a quo, ao reconhecer a inexistência de comprovação da dependência, o fez com


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

249
2

Apelação n. 0002879-35.2012.8.17.0640 (0314164-4)
base na análise dos elementos probatórios carreados aos autos. Incidência, à espécie, da Súmula 7/STJ. 3. Recurso especial a que se nega provimento¹.

No mesmo viés, temos:

Ementa. PREVIDENCIÁRIO. CÔNJUGE SUPÉRSTITE. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. SEPARAÇÃO DE FATO. ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ. PRESCRIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO NOVA. NÃO-CABIMENTO. 1. É incontroverso que o cônjuge goza de dependência presumida, conforme a própria dicção da lei, desde que não esteja separado de fato e não perceba pensão alimentícia. 2. (...). 4. Recurso especial conhecido, porém improvido².

No caso dos autos, a dependência presumida elide-se pelo fato de que a autora-apelada mantém residência autônoma, sem prova de que dependia financeiramente do extinto.

Feitas estas considerações, VOTO pelo PROVIMENTO do presente Recurso de Apelação, com a reforma da decisão guerreada em todos os seus termos.

Condeno a apelada no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios no percentual de 10%. Todavia, atendo ao fato de que a decaída litiga sob o pálio da justiça gratuita, suspendo a exigibilidade do pagamento até prova de que a beneficiada perdeu o status de necessitada, cf. art. 11 da Lei n. 1.060 de 1950.

É como voto.

Recife, 27.05.2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator

¹ STJ - Processo REsp 411194 / PR. RECURSO ESPECIAL 2002/0014777-1. Relator(a) Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (1131). Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 17/04/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 07/05/2007 p. 367.

² STJ - Processo REsp 613986 / RJ. RECURSO ESPECIAL 2003/0223844-5. Relator(a) Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA (1128) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 23/08/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 03/10/2005 p. 315.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



250
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Apelação Cível nº 0314164-4 (N.P.U 0002879-35.2012.8.17.0640)

Apelante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Apelado: Franciscvânia Alencar Parente Muniz

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Ação Ordinária com pedido de estabelecimento de pensão por morte devido à parte autora, FRANCISVÂNIA ALENCAR PARENTE MUNIZ, em razão da morte de seu cônjuge, CARLOS FERNANDO GRANJA MUNIZ, ex-servidor público.

Afirma que deu início ao procedimento administrativo junto à FUNAPE, processo nº 2011102327, porém, a pensão foi estabelecida unicamente para a filha do casal, MARCELA ALENCAR GRANJA MUNIZ, sendo indeferida para a requerente.

O Juízo de primeira instância, considerando as provas existentes nos autos, determinou o estabelecimento do benefício em favor da autora, a partir do primeiro dia após o óbito, sendo de 50% até a data de 23.04.2012, quando a filha do casal completou a maioridade, passando a 100% a partir de 24.04.2012.

A fundação previdenciária se insurge contra esta decisão, alegando que os documentos acostados pela Apelada não fez prova da manutenção da relação conjugal até a data do óbito do ex-segurado. Afirmo que a comprovação da transferência da parte autora para outra cidade, bem como, o conflito entre o relato da inicial com os depoimentos testemunhais indicam a separação de fato entre o segurado e a beneficiária.

A questão necessita de análise probatória.

Vejamos.

É fato incontroverso a existência de enlace matrimonial entre a requerente e o ex-servidor público, desde 08 de abril de 1994, conforme certidão às fls.14. Também não resta dúvida da transferência voluntária da parte autora de seu local de trabalho, IX Gerência Regional de Saúde de Ouricuri para a VIII Gerência Regional de Saúde de Petrolina.



gta

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

A requerente alega que a mudança de Cidade apenas se deu por razões de saúde e que ficava hospedada na casa de seu filho, mantendo, entretanto, a convivência marital por meio de constantes viagens entre as cidades nos finais de semana.

Após cerca de 01 (um) ano da transferência laboral da autora ocorreu o falecimento do servidor público, em 24 de fevereiro de 2011.

Duas testemunhas trazidas pela parte autora foram ouvidas na instrução probatória. A primeira, SEBASTIÃO DELMIRO ANDRADE ALBUQUERQUE, compromissado na forma da lei, residente em Garanhuns, afirmou que conhece a depoente e o servidor falecido desde criança, pois morou em Ouricuri até outubro de 2011. Declarou que "Carlos Fernando faleceu, salvo engano, no mês de fevereiro de 2011; que, quando faleceu, Carlos Fernando não estava separado da autora, segundo conhecimento do depoente; que, na época do falecimento de Carlos, ele e a autora moravam na mesma casa; que, no final de 2010, salvo engano, a namorada do filho da autora de nome Plínio sofreu um acidente de trânsito e faleceu; que Plínio quase entrou em depressão e foi morar em Petrolina, que a autora foi morar em Petrolina para cuidar do filho e também ficou doente nesta época; que nos finais de semana e feriados a autora retornava para a sua casa em Ouricuri" (fls. 174/175).

Em seguida, a testemunha compromissada EDUARDO JOSÉ ANTUNES JESUS, residente em Garanhuns, respondeu as perguntas do M.M Juiz nos seguintes termos: "que Carlos e a autora viviam juntos desde quando os conheceu, mas não sabe dizer se os mesmos eram casados civilmente" (...) "que nessa época teve um problema com o outro filho de dona Francisvânia de nome Plínio, uma vez que a namorada do mesmo faleceu de um acidente de trânsito, no final de 2009 para o início de 2010, que Plínio ficou transtornado e a autora ia visitá-lo e dar um apoio, que a mesma ficava entre Petrolina e Ouricuri, que nos finais de semana e feriados ela viajava para Ouricuri, que não tem certeza, mas acha que autora estava trabalhando na IX Geres em Ouricuri como plantonista; que sabe informar que a autora trabalhou na VIII Geres em Petrolina, mas não sabe informar o período" (...) "que pelo que consta ao depoente em 2010 a autora passava por nenhum problema de saúde; que antes do acidente com a namorada de Plínio, a autora fazia exames e pelo que consta por algum problema de saúde" (fls. 174/175).

Como se pode observar, as testemunhas confirmam a relação conjugal e alegam desconhecer ocorrência de separação. Suposta divergência entre os motivos para a mudança de

Erik



952
b

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

endereço, se para ajudar ao filho ou por problemas de saúde, não são suficientes para elidir as alegações autorais, uma vez que a manutenção do casamento restou patente entre as testemunhas.

O magistrado de primeira instância, que colheu presencialmente os depoimentos das testemunhas, entendeu que a relação conjugal foi mantida entre a autora e o ex-segurado até a data de seu falecimento (fls. 188/191).

Sendo assim, em razão da juntada de prova documental (certidão de casamento) e dos depoimentos testemunhais, caberia à fundação previdenciária o ônus de provar a ocorrência de separação de fato, de forma incontroversa, a ponto de obstar o direito da parte autora ao recebimento de benefício previdenciário (artigo 333, II do Código de Processo Civil). Isso não ocorreu no presente caso.

A permanência da relação conjugal faz do cônjuge beneficiário da pensão do ex-segurado, sem necessidade de comprovar a dependência econômica por presunção legal, conforme previsto no artigo 27, I da Lei Complementar nº 28/2000:

*Art. 27. Serão dependentes dos segurados:
(Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 48, de 27 de janeiro de 2003.)*

I - o cônjuge ou o companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

Desta forma, tão somente a transferência do local de trabalho da parte autora não pode servir de motivação para a improcedência do pedido de pensão por morte, tendo em vista as partes serem casadas civilmente e haver informações de permanência do convívio.

Cumpre salientar o entendimento esposado na Súmula 382 do Supremo Tribunal Federal que torna desnecessário o convívio sob o mesmo teto (*more uxório*) para configurar união estável e se adéqua ainda mais ao presente caso, tendo em vista haver prova documental (certidão de casamento) do enlace entre as partes.

Além do mais, o Código Civil, ao mesmo passo em que prevê como dever dos cônjuges a vida em comum, no domicílio conjugal, permite a ausência para atender ao exercício de profissão ou a interesses particulares relevantes. Observe-se:

Art. 1.569. O domicílio do casal será escolhido por ambos os cônjuges, mas um e outro podem ausentar-se do domicílio conjugal para atender a encargos públicos, ao exercício de sua profissão, ou a interesses particulares relevantes.

Erik



53

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Este E. Tribunal de Justiça já lançou entendimento sobre o tema, corroborando as afirmações ora esposadas:

*PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. VIÚVA CIVIL INCLUÍDA COMO DEPENDENTE. DISSOLUÇÃO DE FATO DA SOCIEDADE CONJUGAL NÃO COMPROVADA. PROVAS NO SENTIDO DA CONTINUIDADE DO VÍNCULO CONJUGAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 20% SOBRE A CONDENAÇÃO. MINORAÇÃO PARA 5%. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1- A jurisprudência pátria se firmou, seguindo a máxima romana *tempus regit actum*, no sentido de que a lei vigente na data do fato gerador do benefício (in casu, a data do óbito), é a que rege os termos de sua concessão. 2- Observo, de acordo com o certificado de óbito acostado aos autos (fls. 13), que a morte do segurado ocorreu em 07/12/2003, razão pela qual a legislação de regência no caso em exame é a LC nº 28/00, com as posteriores alterações, que prevê como dependente do segurado o cônjuge na constância do casamento, sendo, neste caso, presumida a dependência financeira. 3- No caso em lume, há evidências concretas indicativas da continuidade de relacionamento entre o de cujus e a Sra. Iva Matos do Nascimento, até a data do óbito, sobretudo a inscrição dela como dependente do marido perante o IRH (fls. 15), bem ainda a autorização do ex-servidor, no ano de 2001, junto ao Sassepe para que sua esposa realizasse tratamento de saúde, mediante descontos no seu contra-cheque (fls. 28). 4- A dissolução de fato da sociedade conjugal, para afastar a qualidade de dependente da viúva civil, há de ser inequivocamente demonstrada, o que não ocorreu in casu. 5- De resto, tenho que merece guarida o argumento da autarquia previdenciária no tocante ao excesso na fixação dos honorários advocatícios, ante a singeleza e o baixo grau de complexidade da demanda, razão pela qual reduzo o índice para 5% (cinco por cento). 6- Apelo provido parcialmente. 7- Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 8295720058170001 PE 0000829-57.2005.8.17.0001, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 09/12/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 229)*

APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. VIÚVA CIVIL QUALIFICADA COMO BENEFICIÁRIA DA PENSÃO EM EXAME. NÃO DEMONSTRADA A DISSOLUÇÃO DE FATO DA SOCIEDADE CONJUGAL. EVIDÊNCIAS CONCRETAS INDICATIVAS DA CONTINUIDADE DO VÍNCULO CONJUGAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO REEXAME



254
17

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

NECESSÁRIO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. 1. Afastada a arguição de prescrição do fundo do direito, tendo em vista que, embora evidente nos autos o indeferimento administrativo do direito pleiteado, a FUNAPE somente levou tal decisão ao conhecimento da autora/apelada em 22 de setembro de 2005, sendo certo que o ajuizamento da presente ação se deu em 09.05.2006. 2. Seguindo a máxima *tempus regit actum*, a lei vigente na data do fato gerador do benefício (in casu, a data do óbito do ex-segurado) é a que rege os termos de sua concessão. 3. No caso em exame, o óbito do ex-segurado ocorreu em 02 de outubro de 1998, regendo-se a matéria pelo art. 7º, I, §§ 4º a 6º, da Lei Estadual nº 7.551 de 27/12/1977 (alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.327, de 11/01/1996), 11, II, e 13, I, a, da Lei Municipal nº 17.142/2005. 4. A viúva civil detém, em linha de princípio, a qualidade de dependente de seu falecido marido, cujo afastamento requer inequívoca demonstração da dissolução de fato da sociedade conjugal. 5. No caso dos autos, há evidências concretas indicativas da continuidade do relacionamento entre o de cujus e a Sra. Maria da Paz de Abreu desde o matrimônio até a data do óbito. 6. Caberia, portanto, à autarquia previdenciária, a prova da alegada dissolução de fato da sociedade conjugal civilmente estabelecida, sem a qual não há como excluir a viúva civil da qualidade de beneficiária da pensão em exame. 7. Reformou-se a sentença no ponto em que determinou o pagamento da integralidade do benefício de pensão por morte à autora/apelada (embora por suposição de que o pagamento da pensão ao filho menor do casal já tivesse sido suspenso ao implemento de sua maioridade), e impôs a observância da prescrição quinquenal com relação ao pagamento das parcelas anteriores à propositura da ação, por implicar em julgamento extra petita. 8. Mantém-se a verba honorária fixada em primeiro grau, de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, eis que a sua fixação decorreu de apreciação equitativa, tal como previsto no § 4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do § 3º. 9. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a assegurar à autora/apelada, a partir da data da propositura da ação, o direito à percepção de pensão por morte do ex-servidor Manoel Severino de Abreu, a qual deverá ser rateada, igualitariamente, em 2 (duas) quotas-partes de 50% (cinquenta por cento), entre a autora/apelada e o filho menor do casal, Manoel Severino de Abreu Filho (até que este passe à maioridade). (TJ-PE - AC: 160801 PE 00183-438620068170001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 27/05/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 107)

ERIK



27
28

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

O art. 557, *caput*, do CPC assim dispõe:

"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior."

Feitas estas considerações, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, voto pelo **NÃO PROVIMENTO DO APELO**, para manter a sentença monocrática em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO Nº 0314164-4

APELANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos
Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Dr. Diego Franklin Pereira de Freitas

Apelada: Francisvânia Alencar Parente Muniz

Advogada: Sarah Pollyana da Silva Barbosa

RELATOR: DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

REVISOR: DES. ERIK DE SOUSA DANTAS SIMÕES

VOTO DE VISTA

A discussão posta nos autos refere-se à comprovação da constância do vínculo matrimonial entre a apelada e o seu falecido marido que era servidor estadual.

A Lei Complementar nº 28/2000 – que cria o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco – estabelece que:

Art. 27. São dependentes do segurado:

I – o cônjuge ou o companheiro na constância respectivamente, do casamento ou da união estável.

No caso dos autos, a apelada era casada com Carlos Fernando Granja Muniz desde 08 de abril de 1994, conforme certidão de casamento acostada nos autos e em 2010 passou a morar em Petrolina, cidade distinta do segurado, tendo, inclusive, pedido a remoção do seu local de trabalho para a VIII Gerência Regional de Saúde de Petrolina.

Por meio do conjunto probatório colacionado, em especial pelos depoimentos prestados na fase de instrução, a manutenção conjugal restou caracterizada, pois embora seja um dos deveres do casamento a vida em comum, no domicílio conjugal, conforme disposto no art. 1566 do Código Civil de 2002, também é correto afirmar que, nos termos do art. 1569 do mesmo diploma legislativo, o domicílio do casal será escolhido por ambos os cônjuges, mas um e outro podem ausentar-se do domicílio conjugal para atender a encargos

públicos, ao exercício de sua profissão, ou a interesses particulares relevantes. Neste sentido, prestigiada doutrina defende que:

"Viver sob o mesmo teto é bem verdade que se trata de dever relativo, pois a dinâmica da vida moderna reclama das pessoas constantes deslocamentos e até mesmo que residam e fixem domicílio em locais diversos, não obstante casadas. Peculiaridades da profissão e do trabalho das pessoas podem interferir de forma decisiva no estabelecimento do domicílio, por vezes levando-as a ficarem circunstancialmente afastadas; nem por isso os casamentos deixam de existir e de cumprir plenamente os seus fins." ¹

Constata-se que o casamento tradicional, nos moldes atuais, não vem mais atendendo às exigências decorrentes das transformações sociais, com isso não se exige a coabitação como requisito indispensável para a caracterização de uma entidade familiar, de maneira que presentes os elementos caracterizadores da espécie o reconhecimento do relacionamento se impõe. A jurisprudência pátria há muito reconhece a comunidade de vida independentemente da convivência sob o mesmo teto, posição confirmada pela Súmula 382 do STF, cujo teor segue transcrito: "a vida em comum sob o mesmo teto, *more uxorio*, não é indispensável à caracterização do concubinato."

Sobre o assunto, vejamos:

AÇÃO DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA - PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO - DISTINÇÃO ENTRE CÔNJUGE E EX-CÔNJUGE - SOCIEDADE CONJUGAL DEMONSTRADA - IRRELEVÂNCIA DE NÃO COABITAÇÃO SOB O MESMO TETO - TOTALIDADE DOS PROVENTOS DO SEGURADO DEVIDOS À BENEFICIÁRIA - RECURSO PROVIDO. Separação de fato, máxime quando mal esclarecida nos autos, não é sinônimo de separação judicial, de maneira que mesmo estivessem os cônjuges naquela situação, não poderiam ser considerados como ex-cônjuges, para efeito de negar ao cônjuge sobrevivente direito a pensão por morte pela totalidade dos proventos do segurado. (TJ-PR, Relator: Marcos S. Galliano Daros, Data de Julgamento: 12/04/2007, 10ª Câmara Cível)

¹ MATIELLO, Fabrício Zamprogna. Código Civil Comentado. 4ª Edição, São Paulo. LTR, 2011. p. 1017

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL -
PENSÃO POR MORTE - ESPOSA - NEGATIVA DO
MUNICÍPIO SOB O FUNDAMENTO DE QUE O FALECIDO
VIVIA EM UNIÃO ESTÁVEL COM OUTRA PESSOA -
IRRELEVÂNCIA - POSSIBILIDADE DE RATEIO DA
PENSÃO - SEPARAÇÃO DE FATO NÃO CONFIGURADA,
APESAR DOS CÔNJUGES MORAREM, HÁ MUITO TEMPO,
EM CIDADES DIVERSAS - PROVA QUE ERA ENCARGO
DOS REQUERIDOS - PENSÃO DEVIDA - PEDIDO
JULGADO PROCEDENTE - RECURSO PROVIDO.(TJ-SC -
AC: 826116 SC 2008.082611-6, Relator: Sérgio
Roberto Baasch Luz, Data de Julgamento: 22/04/2009,
Primeira Câmara de Direito Público, Data de Publicação:
Apelação Cível n. , de São Miguel do Oeste)

Ao tratar do tema, Fabrício Zamprogna Matiello,
preleciona:

"(...) Trata-se de obrigação marcada pela relatividade, pois as circunstâncias do cotidiano do casal podem apontar para a necessidade de afastamento de um ou de outro do domicílio inicialmente ajustado, haja vista exigências de ordem profissional, interesses privados ou encargos públicos. Assim, a ausência do centro comum nem sempre caracterizará infração ao dever estabelecido pelo ordenamento jurídico, ainda que se dê por largo espaço de tempo. Somente o abandono deliberado, imotivado e que revelar firme intenção de romper o relacionamento será considerado falta grave do cônjuge."²

Não obstante o dever matrimonial previsto no art. 1566, inciso II, do Código Civil, a ausência de vida em comum no domicílio conjugal não é motivo suficiente para concluir-se pela inexistência ou pelo fim da relação matrimonial, desde que os consortes conjuntamente optem por morar em residências distintas.

Se a separação de fato é reconhecida mesmo quando o casal viva na mesma residência, não vislumbro ser essencial a coabitação para que haja comunhão de vida quando os consortes livremente ajustam viver em casa diversas.

É importante ressaltar que apesar de residirem em locais distintos, a convivência do casal restou caracterizada pelos depoimentos das testemunhas e alegações da apelada, uma

² MATIELLO, Fabrício Zamprogna. Código Civil Comentado. 4ª Edição, São Paulo. LTR, 2011. p. 1019

vez que a mesma visitava o marido continuamente, o que era de conhecimento público. Dessa maneira, comprovada a vida em comum, não se tem como óbice a residência em cidades diferentes para fins de concessão de pensão por morte.

Há que se levar em conta que a norma concessiva do benefício visa precipuamente à proteção da família constituída, seja sob a forma de casamento civil ou configurada pela união estável. O casamento civil é protegido pela legislação, que tem como objetivo proteger a convivência ostensiva e duradoura formada entre pessoas, de forma que não têm relevância a ausência do domicílio conjugal, que não descaracteriza a convivência, ainda que por alguns meses.

A eminente doutrinadora Maria Berenice Dias esclarece que "a imposição legal de vida no domicílio conjugal não se justifica, pois compete a ambos os cônjuges determinar onde e como vão morar", salientando que "cada vez com mais frequência vem optando os casais por viverem em residências diversas, o que não significa infringência ao dever conjugal."³

Ademais, outro ponto merece ser ressaltado, pois caberia à autarquia previdenciária a prova da separação de fato, e, portanto, nos termos do art. 333 do CPC comprovar o fato impeditivo do direito da autora a fim de indeferir o pedido de percepção de pensão por morte, o que não ocorreu. Neste sentido esta Corte Estadual já teve a oportunidade de se pronunciar:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL. PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA VIÚVA. OMISSÃO QUANTO À LIMITAÇÃO DA PERCEPÇÃO APENAS DA COTA-PARTE. OCORRÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS APENAS PARA SANAR A OMISSÃO EXISTENTE, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. DECISÃO UNÂNIME. (...) 2- Com efeito, a dissolução de fato da sociedade conjugal, para afastar a qualidade de dependente da viúva civil, há de ser inequivocamente demonstrada. No caso em lume, há evidências concretas indicativas da continuidade de relacionamento entre o de cujus e a Sra. Josefa Pereira Davi, até a data do óbito, sobretudo as declarações do 3º Sargento da Polícia Militar, do Pároco da igreja que o casal freqüentava, bem como da Associação dos Moradores do Bairro que moravam, atestando ter conhecimento que a viúva convivia com o servidor

³DIAS, Maria Berenice. Manual do Direito das Famílias. 9ª Edição, São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 259

260
260

falecido. **Caberia, portanto, à autarquia previdenciária, a prova da alegada dissolução de fato da sociedade conjugal civilmente estabelecida, sem a qual não há como excluir a viúva civil da qualidade de beneficiária da pensão em exame.** (TJ-PE - ED: 2157608 PE 0019437-33.2010.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 02/12/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 228)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. VIÚVO CIVIL QUALIFICADO COMO BENEFICIÁRIO DA PENSÃO EM EXAME. NÃO DEMONSTRADA A DISSOLUÇÃO DE FATO DA SOCIEDADE CONJUGAL. EVIDÊNCIAS CONCRETAS INDICATIVAS DA CONTINUIDADE DO VÍNCULO CONJUGAL. IMPROCEDÊNCIA DO REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. (...) 3. O viúvo civil detém, em linha princípio, a qualidade de dependente de sua falecida esposa. 4. Com efeito, a dissolução de fato da sociedade conjugal, para afastar a qualidade de dependente do viúvo civil, há de ser inequivocamente demonstrada. (...) 7. **Caberia, portanto, à autarquia previdenciária fazer prova conclusiva da alegada dissolução de fato da sociedade conjugal civilmente estabelecida, sem a qual não há como excluir o viúvo civil da qualidade de beneficiário da pensão em exame.** 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - AC 294795-1 PE, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 09/05/2013, 2ª Câmara de Direito Público)

Ainda nesse sentido, à unanimidade de votos esta Corte entendeu que a inexistência de prova inequívoca da dissolução da sociedade conjugal, não tem o condão de afastar a qualidade de dependente pertencente à viúva civil. Observem-se:

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. VIÚVA CIVIL. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA DE DISSOLUÇÃO DE FATO DA SOCIEDADE CONJUGAL. MANUTENÇÃO DO STATUS DE PENSIONISTA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. A UNANIMIDADE. 1. A demanda trata de direito à pensão por morte em decorrência do falecimento do marido da autora, ex-servidor público do Estado de Pernambuco. 2. Da literalidade dos autos observado restou que, quando do óbito do ex-segurado, a autora estava casada com o mesmo, vez que na própria certidão de óbito consta

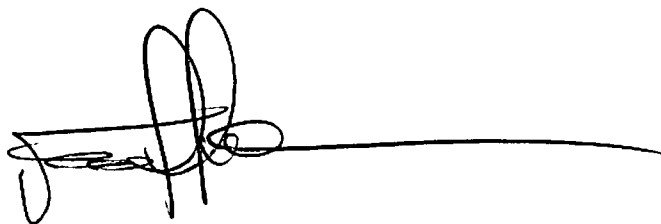
261
p/

averbação de que o falecido era casado com a autora, e havia deixado filhos (fls. 10). A certidão de casamento consta às fls. 09 dos autos. (...) 5. **A afirmativa de que a autora já estava separada de fato do ex-servidor não foi comprovada pela autarquia demandada, e, portanto, nos termos do artigo 333 do Código de Processo Civil, não conseguiu a FUNAPE constituir fato impeditivo do direito da autora.** (...) 7. Recurso conhecido e, unanimemente, desprovido. (TJ-PE – AC 0314280-3 PE, Relator: Luiz Carlos de Barros Figueiredo, Data de Julgamento: 27/03/2014, 3ª Câmara de Direito Público)

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de apelação, mantendo-se a sentença impugnada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 30/06/2014



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 27.05.2014

APELAÇÃO Nº. 314164-4 – GARANHUNS

APELANTE: FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE

APELADA: FRANCISVÂNIA ALENCAR PARENTE MUNIZ

RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

REVISOR: DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

RELATÓRIO, VOTO DO RELATOR E VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 235 A
237, 247 A 249, E 250 A 255 DOS AUTOS, RESPECTIVAMENTE.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Bem, a turma, então, está em divergência, e o Dr. Procurador de Justiça, Dr.
Sales de Albuquerque, pede a palavra.

PROCURADOR DE JUSTIÇA FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE

Só um esclarecimento de fato.

Há uma referência feita, do desembargador Jorge, no sentido de deferimento
da pensão em favor da filha. Eu só indago se ela é menor ou maior, porque o
parecer do Ministério Público, a cota aqui, foi de não intervenção, e só ocorreria
se ela fosse maior de idade.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Certidão de nascimento de Marcela Alencar Granja. Ela nasceu em 24 de abril
de 1991.

PROCURADOR DE JUSTIÇA FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE

Obrigado.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Senhores, a turma está em divergência.

Eu confesso que eu não tenho uma posição firmada nessa matéria. Eu penso
que tanto o desembargador Jorge Américo discorreu com maestria como
também o desembargador Erik Simões.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Eu não tenho condição de me posicionar acompanhando nem um nem outro nesse momento.

Eu peço desculpas, peço vista. Vou levar os votos de Vossas Excelências e prometo trazer na próxima semana ou, no máximo, na outra, mas eu vou me reservar a estudar essa questão com mais calma.

DECISÃO

"ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA, SEM NOTAS TAQUIGRÁFICAS".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 10/06/14

APELAÇÃO CÍVEL Nº 314164-4 – GARANHUNS/PE

APELANTE : FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO : FRANCISVÂNIA ALENCAR PARENTE MUNIZ

RELATOR : DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

REVISÃO : DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR FERNANDO
CERQUEIRA, SEM NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

VOTO-VISTA ÀS FLS. 256/261 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Senhores, por tudo isso, o meu voto-vista é no sentido de negar provimento ao presente recurso de apelação, mantendo-se a sentença impugnada em todos os seus termos.

Meu voto, pois, é divergente do voto do Eminentíssimo Relator, e parece-me que já houve, inclusive, o voto proferido pelo Desembargador Erik Simões, que é revisor. E, o voto de vista, portanto, tem o entendimento contrário do relator, e o de Sua Excelência?

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (REVISOR)

No mesmo sentido de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

No mesmo sentido. Então, pergunto ao Desembargador relator, se gostaria?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Não, não, Senhor Presidente!

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Então, eu proclamo o resultado!



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

O Desembargador Erik lavrará o acórdão.

DECISÃO:

“POR MAIORIA DE VOTOS, A TURMA NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, MANTENDO-SE A DECISÃO DE 1º GRAU, EM TODOS OS SEUS TERMOS. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES.”
